



## **PLURIIDENTIDADES: CRISES DE REPRESENTAÇÃO NO MOVIMENTO LGBT**

**Nilton Luz<sup>1</sup>**

**Resumo:** A partir da experiência recente da Rede Afro LGBT são estudadas as estratégias das identidades entrecortadas em busca de reconhecimento e inserção no discurso e nas políticas identitárias. O artigo defende que, nas disputas internas, abrem-se novas possibilidades para a estratégia identitária. Com efeito, o processo atual de consolidação de organizações pluriidentitárias, e de reconhecimento das identidades mais proeminentes nas lutas mais tradicionais e supostamente “universais”, é parte de um processo de fortalecimento dos movimentos sociais e da ampliação dos limites de sua estratégia. Essa pluralização levaria a uma unidade não de organizações, mas de agendas políticas, a exemplo do que já ocorre com a Marcha das Vadias e a Marcha pelo Estado Laico.

**Palavras-chave:** política; identidade; representação; interseccionalidade

### **1 Introdução**

Em uma reunião da Rede Afro LGBT com um órgão de governo, os representantes do ministério se mostraram preocupados com os limites do diálogo com uma organização pluriidentitária. Eles abriram a porta para conversar questões “específicas”, mas pediram que nos fizéssemos representar pelas organizações negras ou LGBT em questões mais amplas. A cena demonstra de forma nítida o desafio que se apresenta aos movimentos sociais à medida que as identidades se multiplicam e, inevitavelmente, entram em rota de colisão. Esse artigo nasce da necessidade de refletir sobre a experiência de um movimento pluriidentitário, seus limites e suas potencialidades. Sugere-se, via experiência da Rede Nacional de Negras e Negros LGBT e de autoras posicionadas nesse entrelugar<sup>2</sup>, que a pluralização das identidades aponta para uma necessária rearrumação das políticas identitárias. Também é importante afirmar que se reconhece a

---

<sup>1</sup>Nilton Luz é militante do movimento negro e LGBT pela Rede Afro LGBT e estudante da graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia.

<sup>2</sup>O termo entre-lugar foi cunhado por Silvano Santiago e é bastante utilizado nos estudos culturais, dentre outros, na América Latina. Aqui, proponho um diálogo com o conceito de “mestiçagem” de Gloria Anzaldúa, em referência a sujeitos e comunidades marcadas por múltiplas experiências que se excluem.

militância como um espaço de teorização e produção de conhecimento que desfaz a dicotomia entre teoria e prática de um lugar que privilegia a materialidade e a experiência.

Assim como as demais organizações pluriidentitárias, a Rede Afro LGBT atua em movimentos sociais distintos, o que desde início demonstra suas fragilidades e potencialidades políticas. A organização tem produzido um discurso que questiona a universalidade da identidade, ao tempo que reconhece a importância de disputá-las. Apresentando-se no trânsito que caracteriza o entrelugar e os recortes interseccionais das identidades, promove rupturas com uma ideia de identidade unitária, enquanto apresenta-se como “elo” de ligação entre experiência de luta política distintas (REDE AFRO LGBT, 2012). A necessidade de produzir alianças estratégicas entre os movimentos sociais, que aqui são defendidas, não nasce apenas da necessidade de reconhecimento de negras e negros LGBT nos espaços dos movimentos negros e LGBT.

Iniciativas de integração dos movimentos sociais, como o Fórum Social Mundial, se consolidam e se propagam. Movimentos sociais não-identitários, como a agenda pela redemocratização da comunicação, têm assumido a defesa das pluriidentidades, em especial negra, de mulheres e LGBT. Essas três categorias, centrais para esse artigo e hegemônicas no discurso político contemporâneo, também ganham espaços através de unidades de debate e ação políticos (coordenação, núcleos de estudos, grupos de trabalho), nas organizações de representação de classe e de direitos humanos, a exemplo da Liga Humanista Secular (VIULA, 2012).

Mais recentemente, iniciativas políticas como as marchas das Vadias e pelo Estado Laico têm procurado unificar as pautas mais diversas dos movimentos sociais, com foco nos movimentos identitários. Elas costumam reunir ateus, LGBT, mulheres e religiosos de matrizes africanas (HAILER, 2012). Por fim, algumas experiências internacionais de êxito dos movimentos sociais feminista e LGBT têm sugerido que as alianças entre os movimentos sociais são fundamentais para o avanço da agenda política, a exemplo da Argentina, Espanha e Equador (COLLING, 2010).

Esse artigo procura investigar quais motivos dificultam ou reforçam alianças ou mesmo integrações entre essas agendas analisando processos de “ruptura” internos e os aportes teóricos de feministas negras e lésbicas<sup>3</sup>. Sugere que as vivências dos sujeitos

<sup>3</sup>Por considerar importante referir-se ao lugar-de-fala de onde se posicionam agentes políticos, sejam do movimento social ou da intelectualidade, as autoras de referência central no trabalho serão apresentadas por sua auto-afirmação identitária.

que interseccionam diferentes discriminações criam processos de invisibilidade pelas políticas identitárias universalistas. Se, de um lado, as tensões e rupturas são inevitáveis, por outro, talvez as diferenças sejam impulsionadoras de um fortalecimento das agendas das identidades.

## **2 Sobre a Rede Afro LGBT e as opressões no movimento e na comunidade LGBT**

A Rede Nacional de Negras e Negros LGBT, também conhecida como Rede Afro LGBT, surgiu no interior do movimento LGBT em 2005, criada por militantes negros. Em sua carta de princípios, apresenta-se como “um coletivo que aglutina negros e negras e afros descendentes LGBT’s que atuam em grupos de LGTB ou são ativistas independentes”<sup>4</sup>. A carta de princípios também informa que as condições de filiação individual à organização são 1) assumir a “condição de negro, negra ou afro-descendente publicamente” para as lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e 2) “militar na temática étnica/racial ou orientação sexual e identidade gênero”.

Sendo assim, a Rede Afro LGBT é uma organização pluriidentitária, que assume também a luta contra o machismo, o sexismo, dentre outras agendas dos direitos humanos (RATTS, 2007). Apesar de surgir da insuficiência da representação identitária, opta pela estratégia de reafirmar as identidades, forçando uma ampliação dos limites de ambas. Trata-se da mesma orientação política seguida pelo movimento de mulheres negras, com a diferença importante de que este prefere vincular-se ao movimento negro, afastando-se de uma identidade feminina sem rejeitar o feminismo (BAIROS, 1995).

O modelo de organização pela internet em forma de rede, rejeitando vínculos institucionais e representações consolidadas, funcionou durante os primeiros anos da Rede Afro LGBT. No entanto, permaneceu a dificuldade de garantir uma representação identitária, provocando afastamentos, rupturas e um racha significativo de lésbicas. Uma avaliação em 2009 demonstrou que o modelo organizativo adotado facilitava as manifestações machistas e o pragmatismo e boa parte da militância de base só se apresentava à organização quando podia acessar algum benefício. A organização optou então pela institucionalização: como informa no boletim distribuído na II Conferência Nacional LGBT, em 2011, elegeu uma coordenação nacional e apresentou um plano de ações, onde tem procurado participar dos grandes debates nacionais, assumir representações institucionais, aprofundar a disputa do Estado, afinar o diálogo com os movimentos negro e LGBT, entre outras iniciativas. A medir por esse critério, a

<sup>4</sup>Essas informações estão presente na “Carta de Princípios - Rede Nacional de Negros e Negras, Afro-Descendentes Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - RNAF LGBT’s”.

organização afirma estar conseguido superar alguns dos antigos problemas (BOLETIM..., 2011).

No entanto, a Rede Afro LGBT ainda é apontada uma instituição “esvaziada” e “sectária”, crítica sempre recebida pelas organizações que não se filiam a uma corrente majoritária. No interior do movimento LGBT, a Rede Afro LGBT costuma denunciar posturas de invisibilização de suas agendas pela “hegemonia do movimento LGBT” (REDE AFRO LGBTb).

As tensões enfrentadas pela Rede Afro LGBT parecem próximas a de outras organizações que apresentam intersecções com outras posições-de-sujeito, como jovens e travestis. A literatura sobre a homofobia, racismo e sexismo imbrincados demonstra esse processo de vulnerabilização das identidades submetidas a mais de um processo distinto de opressão, em especial nas comunidades LGBT. Dados sobre a homofobia no Brasil sugerem que gays e lésbicas negras estão mais vulneráveis à homofobia na escola, nas famílias e no mercado de trabalho (LUZ, 2011). Furlong (2011) afirma que as intersecções de raça e classe mantêm as áreas privilegiadas restritas aos gays brancos, de classe média e masculinizados, “intolerante àqueles que não se encaixem nestas categorias”, “instituinto uma rígida regulação do comportamento” adequado e aceitável. Benítez (2004) afirma que a “aceitação” de gays negros nos espaços de homosociabilidade hegemônicos exige esforços redobrados.

Travestis vivenciam uma outra realidade que resulta, igualmente, numa reificação dos marcadores da diferença associados. Elas seguem rígidos padrões de gênero frequentemente aliados a valores misóginos, classistas e racistas (PELÚCIO, 2009), permitindo uma revalorização a partir de outros signos de prestígio (beleza, sucesso profissional), de modo a escalar degraus mais altos na escala de valor dentre corpos que importam.

As pesquisas acima sugerem que os signos associados às identidades são acionados para reproduzir hierarquias que reposicionem os sujeitos que já estejam submetidos em algum processo de dominação, o que conseqüentemente amplia as vulnerabilizadas que as pluriidentidades subordinadas já experimentavam em relação às identidades dominantes. Não há somente uma soma de opressões, e sim uma associação de sistemas, estruturas e posições de opressão. Em outras palavras, não há estruturas de poder estanques que somam diferentes opressões: as opressões funcionam de maneira estruturalmente interseccionadas.

Vistos de modo separado, racismo, machismo e sexismo não parecem se relacionar diretamente, mas quando se pensa em como esses

“ismos” se articulam, formando os pilares de sustentação da cadeia de opressões constituídas a partir de uma sociedade que se organiza através da reprodução de desigualdades, percebe-se que não é possível separar essas variáveis, pois elas atuam de forma interseccional. (JÚNIOR, 2011, p. 185).

Se a raça é sexualizada, a sexualidade é generificada e o gênero é racializado, então as identidades são constituídas entre entrecruzamentos, imbricamentos e pluralidades, de modo a tornar ainda mais complexas e eficientes as hierarquias. Se for considerado o sujeito, trata-se de um corpo que experimenta múltiplas experiências nem sempre coerentes (JUNQUEIRA, 2009), mas eficientes no processo de demarcação do seu lugar na hierarquia, sempre ameaçado de derrapar e cair, dificilmente de ascender.

### **3 Apresentando um modelo de análise**

As diferenças produzidas no interior dos movimentos de identidade são produto de *assimetrias interrelacionais*. Aqui são chamadas assimetrias interrelacionais as desigualdades produzidas pela associação a outros marcadores sociais da diferença. Chamaria então de *assimetrias intrarrelacionais* àquelas internas às normas binárias das identidades. É um reforço às categorias de análise em um modelo abstrato de estudo de fatores, mas não uma indicação de que elas atuem isoladamente na materialidade. Pelo contrário, o que se quer investigar é justamente como diferentes categorias se associam (mais do que se aliam) para produzir hierarquias aparentemente confusas, mas extremamente eficientes.

Para que essa leitura tenha efeito, sugere-se que só há opressão 1) nas relações de poder estruturalmente hierarquizantes e 2) direcionadas dos sujeitos/segmentos que exercem poder desproporcionalmente maior para os sujeitos/segmentos subjugados e/ou alienados. Isso significa que não há opressão em relações de poder 1) internas (intrarrelacionais), embora inúmeras subjetividades ainda desnivelem os indivíduos, e 2) dos segmentos inferiorizados na hierarquia para aqueles em posição de vantagem. Em outras palavras, não há machismo entre mulheres, por exemplo, mas a reprodução da lógica patriarcal. Também não há “racismo às avessas” nem “heterossexismo”, para citar outros exemplos. A posição de vulnerabilidade dos gays no interior da comunidade negra se deve à homofobia, a operar associada ao racismo, mas independente dele. As assimetrias interrelacionais funcionam do topo do lugar de dominação em direção aos múltiplos lugares de dominação, favorecendo-se das diversas posições intermediárias.

Como, portanto, surgiriam assimetrias entre mulheres, por exemplo? A sugestão é que a reprodução de opressões só desnivela esses sujeitos através das intersecções, como espacialidade, religiosidade, nível educacional, capacidade e geração. Ou seja: só há desigualdade porque nem todas são apenas mulheres, mas também negras, do campo, soropositivas, com deficiência. Seriam, portanto, interferências exógenas (ou interrelacionais). Em outras palavras, o limite da identidade são as demais identidades, marcas e lugares-de-sujeito que a interseccionam. Desse modo, as hierarquias produzidas tendem a se reproduzir e ser defendidas mesmo por quem luta contra uma ou outra desigualdade, alienando-se das demais em sua zona de conforto na hierarquia.

Para entender como esse processo de imbrincamento e alienação funciona, basta analisar o exemplo da relação dos homens negros com a sexualidade. O “mito negro” o concebe como hipersexualizado, masculinizado, animalizado em sua relação com o corpo e o sexo (JÚNIOR, 2011; MESSEDER, 2009). Tais valores, assimilados pela cultura negra ainda que com resistência, tornam eficientes os processos de discriminação que ampliam a vulnerabilidade de mulheres e LGBT negras e negros. Qualquer tentativa de quebrar esses esquemas enfrenta 1) a resistência dos homens negros masculinizados diante da ameaça de perder o seu lugar “privilegiado” na hierarquia social geral diante das performatividades de gêneros de gays, lésbicas, travestis e mulheres negras e 2) uma completa ausência de “identidade estratégica” (BUTLER, 1990; PINHO, 2003) entre os gays, lésbicas, travestis e mulheres negras ora submetidos.

O homem negro gay “traí a sua principal e, provavelmente, única qualidade positivada socialmente”, o que acarreta pesadas experiências de exclusão (JÚNIOR, 2011, p. 185). A palavra ali é “positivada” – e não “positiva – porque os homens negros usufruem de um valor coerentemente associado aos “instintos primitivos” que, segundo a ideologia racista herdada dos discursos eugenista, domina a sua capacidade de racionalização e reflexão (MESSEDER, 2009). Poderíamos perguntar que contribuição não poder ser dada à luta anti-racista (e anti-sexista nas comunidades negras) se mulheres, lésbicas, travestis e gays negras e negros denunciarem essa ideologia.

Se lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais negras e negros estão expostos a uma maior vulnerabilidade social em relação aos gays brancos e masculinizados, é natural que estejam mais vulneráveis nos movimentos sociais representativos dessa “comunidade”. Voltando ao exemplo da Rede Afro LGBT para simbolizar o lugar das organizações multiidentitárias em movimentos sociais ainda

estanques, sugerimos como um fator explicativo a seguinte reflexão: os modelos de representação adotados pelos movimentos sociais tendem a reproduzir as normas hegemônicas. Em alguma medida, por que os próprios discursos são produzidos dentro das possibilidades restringidas pelas hegemonias: as dicotomias binárias são apontadas como os exemplos disponíveis (BUTLER, 1990).

Está, portanto, pavimentado o caminho para a ausência de representativa das identidades expostas a duplos esquemas de dominação ou mais. E, se vivem integralmente todas as suas identidades, por que não iriam reivindicar representação integral na agenda coletiva? Se, então, os sujeitos vivenciam suas múltiplas identidades e os movimentos sociais reivindicam uma identidade central, as diferenças hierarquizadas tendem a reproduzir desigualdades presentes nas relações sociais e, conseqüentemente, deflagrar tensões e rupturas (LORDE, 1984). Mesmo diante das novas perspectivas de diálogo e alianças que surgem, as possibilidades de representação jamais seriam suficientes e, à medida que as posições-de-sujeito se tornassem mais complexas, novas fragmentações e rupturas fragilizariam crescentemente os movimentos sociais – pelos menos aqueles que adotam a identidade como base da unidade. Uma das soluções é, justamente, absorver as discussões das múltiplas identidades nos diversos movimentos sociais. A interseccionalidade parece ter se estabelecido nos movimentos sociais e oferece um alívio temporário à crescente fragmentação (FRASER, 2009). Porém, à medida que o debate identitário se expande, diversas posições-de-sujeito reivindicam reconhecimento e forçam a ampliação das fronteiras das identidades que, já há algum tempo, não se afirmam mais universais nem unitárias. Se a unidade é importante, mas já não pode ser reivindicada por categorias universais, o que nos poderiam nos ensinar as organizações pluriidentitárias?

#### **4 Tensões, rupturas, alianças e coalizões**

Para fazer um retrospecto entre o surgimento das pluriidentidades em tensão com as identidades hegemônicas, e os conflitos entre os movimentos multiculturalistas e classistas nos anos 70 e 80, é conhecida a história sobre as tentativas de diálogo entre a organização trotskista Convergência Socialista e o grupo homossexual Somos, no início dos anos 80, que resultou no esfacelamento da primeira organização do futuro movimento LGBT do país. Mcrae (2011) nega que o esfacelamento do Somos tenha resultado apenas de tentativas de aparelhamento partidário ou de homofobia. O antropólogo defende que houve também dificuldades táticas e estratégicas ao

“entrosamento”. Ou, talvez, perspectivas hegemônicas da esquerda classista que tentaram ser impostas aos gays que dirigiam o Somos. O relato adscrito demonstra ainda que os movimentos sociais sempre procuraram construir alianças e podemos questionar se, caso tivessem sucesso, teríamos agendas políticas tão estanques na atualidade.

Com efeito, o surgimento de posições-de-sujeito negros e gays, por exemplo, é resultado direto das afirmações identitárias dos movimentos (então chamados) homossexuais e negros. À época, os movimentos multiculturalistas enfrentaram a oposição dos movimentos classistas que, respaldados por leituras ortodoxas e economicistas de Marx (FRASER, 2009), acusavam as “novas” identidades de “dividir” a classe. O movimento agora é inverso.

As organizações dos mais diversos movimentos sociais têm feito um esforço de contemplar as identidades mais proeminentes do debate político das últimas décadas – negras, mulheres, LGBT – em sua agenda. Organizações representativas (como sindicatos), conselhos profissionais, grupos intelectuais e associações coletivas têm criado organismos permanentes ou temporários para transversalizar a agenda negra, LGBT e de mulheres. As instituições estão preocupadas em contemplar as diversidades de identidades e garantir a menor dispersão possível de forças.

Essa história de tensões, rupturas e novos diálogos sugere que elas integram o exercício da luta política e devem ser vistas com naturalidade pelos agentes envolvidos e pelas análises teóricas. Uma organização como a Rede Afro LGBT parte dos “limites necessários da política da identidade” (BUTLER, 1990, p. 22) e as novas perspectivas evocadas por ela devem abrir possibilidades de ampliação do escopo de representação nos movimentos negro e LGBT. As tensões podem ser vistas não apenas como “naturais” ao processo de disputa política, mas mesmo como “parte” do objeto político.

As divergências, tensões e “rupturas”, quando protagonizadas por essas lideranças ou grupos, são formas de diálogo – para além tanto da aparência das atitudes de lideranças e organizações localizadas no tempo e no espaço, quanto da recorrência dos mesmos “problemas” a médio e longo prazos. Se boa parte da militância e das organizações políticas, ao sofrer no interior dos movimentos os efeitos das desigualdades que buscam superar, é “expulsa” do movimento sem que isso gere qualquer iniciativa de “resgate”, essa ruptura tende a ocorrer tão somente no campo institucional em um período maior de tempo. Esse prazo seria, pois, necessário para o “acúmulo progressivo de forças” dessas identidades “emergentes”. Com efeito, o



processo atual de consolidação de organizações pluriidentitárias, como a Rede Afro LGBT, e de reconhecimento das identidades mais proeminentes nas lutas mais tradicionais e supostamente universais pode integrar um processo de fortalecimento dos movimentos sociais identitários.

Reflexões de feministas, lésbicas e negras que falam de um lugar de múltiplas reivindicações identitárias não desejam produzir novas identidades nem fragmentar as lutas políticas. Com efeito, as críticas ao feminismo branco ou ao machismo dos homens negros vêm sempre acompanhadas de um chamado à inclusão, e não de uma ruptura. Certamente, tanto a hegemonia feminista quando negra tendem a receber as críticas com antipatia. Teórica negra, lésbica e feminista, Audrey Lorde afirma que a identidade mulher ignora as diferenças, ou as vê como causas de “separação e suspeição, ao invés de forças para mudança” (LORDE, 1984). Ela defende a atuação coletiva, mas adverte que “comunidade não deve significar uma supressão de nossas diferenças, nem a pretensão patética de que essas diferenças não existem”. Ainda segundo Lorde, “a diferença não deve ser meramente tolerada, mas vista como a base de polaridades necessárias entre as quais nossa criatividade pode faiscar como uma dialética”.

Lorde não defende que os movimentos sociais se associem de alguma forma, mas que aprendam a retirar forças das intersecções que, imbricadas, produzem as diferenças que aprisionam homens negros e mulheres brancas.

Ao homem negro se deve conscientizar que o sexismo e o ódio à mulher são uma disjunção crítica à sua libertação como negro porque emergem da mesma constelação que engendra o racismo e a homofobia. Até que essa conscientização se efetue, os negros verão o sexismo e a destruição das negras como interesses tangentes à libertação negra, em vez de ser vista como o centro desta luta. Enquanto isso seguir ocorrendo, nunca poderemos começar esse diálogo que é tão essencial à nossa sobrevivência como povo. Esta cegueira contínua entre nós só pode servir ao sistema opressivo dentro do qual vivemos. (LORDE apud CLARKE, 2012)

Lorde não elabora uma proposta de relações sociais igualitárias na ausência de poder, mas busca poderes “equiparados”. Naturalmente, é difícil pensar em relações simétricas de uma sociedade calcada em desigualdades, mas a autora acreditava que essa era uma tarefa necessária ao desmonte das estruturas de dominação.

A *mestiza* Gloria Anzaldúa, reconhecida por suas teorias da vivência no interstício, segue uma perspectiva similar ao defender a articulação simultânea de

política identitária e políticas de alianças cuja força consistiria, justamente, nas limitações mútuas. Para isso, é fundamental incentivar estratégias caracterizadas pela flexibilidade e transitoriedade. Anzaldúa critica as políticas pós-identitárias que homogeneizem e ocultem as diferenças e, nesse sentido, defende as políticas identitárias em sua localização histórica. Mas a rejeição ao modelo somatório de opressões reconhece a identidade como um processo, rejeitando também qualquer perspectiva essencializadora. Para Anzaldúa, não há forma de resistência que transcenda contingências políticas e não possa ser apropriada (ou reapropriada) pela hegemonia, e consiste aí justamente a necessidade de explorar (ao invés de solucionar) as tensões que são produzidas nos processos de aliança (COSTA, ÁVILA, 2005).

A filósofa lésbica Judith Butler critica as tentativas de construir coalizões acima das tensões, e não através delas:

Talvez as coalizões devam reconhecer essas contradições e agir deixando as contradições intactas. Talvez o entendimento dialógico também encerre em parte a aceitação de divergências, rupturas, dissensões e fragmentações, como parcela do processo frequentemente tortuoso da democratização” (BUTLER, 1990, p. 35).

Butler (1990) sugere que questionemos “as relações de poder que condicionam e limitam as possibilidades dialógicas” e critica modelos liberais que pressupõem que todos os agentes ocupam as mesmas posições de poder, exigindo-se apenas a representação simbólica da diversidade de raça, gênero, classe, idade e sexualidade.

Refletir sobre os entrelugares também permite que as identidades sejam ressignificadas, não mais entendidas como fixas, estáveis, coerentes e unitárias (HALL, 2003). Pode-se referir às identidades como processos como referido por Anzaldúa (COSTA, AVILA, 2005), imagens de identificação, “regras práticas para ação e significação social” (PINHO, 2003), “bases contingentes, de modo a atingir os objetivos em vista” (BUTLER, 1990, p. 37).

## **5 Pluriidentidades e representações**

O que é defendido aqui não é o abandono das políticas identitárias ou meras sinalizações de apoio entre os movimentos sociais. A dispersão aparente das identidades pode ter como consequência a pluralização dos movimentos sociais. Em um movimento contrário, essa pluralização levaria a uma unidade não de organizações, mas de agendas políticas, a exemplo do que já ocorre com a Marcha das Vadias e a Marcha pelo Estado Laico. Militantes da Rede Afro LGBT têm apoiado e participado de ambas as organizações. No “Segundo documento de análise de conjuntura da Rede Afro LGBT”,

lançado em 2011, a coordenação nacional orienta os militantes a participar das marchas pelo Estado Laico, afirmando que

não que se trata de uma estratégia do movimento LGBT aliado a outros movimentos sociais. Essas marchas são movimentações quase que independentes, embora inclusivas, sem orientação de grandes entidades ou personalidades, com uma pauta difusa, apelo na classe média e movimentação bastante fugaz. São fundamentais no novo momento político, onde o engessamento das entidades as tirou das ruas, e defendemos que as organizações devem participar ativamente delas sem procurar dirigi-las. [...] Mas as marchas não cumprem nem cumprirão o papel das organizações do movimento, de pensar e agir estrategicamente com objetivos de curto e de longo prazo. (REDE AFRO LGBT, 2011)

Com efeito, a entidade defende a realização das marchas e seu papel diante do “engessamento” das organizações de movimentos sociais consolidadas. Porém, também critica seu “apelo” à classe média e os limites dessas iniciativas, em relação às mesmas organizações representativas que não “substituem”. É um texto de mediação similar ao que organizações de mulheres produziram sobre as marchas das vadias, demonstrando como as tensões e rupturas não implicam em canais de diálogo fechados e fragmentações irreversíveis (MARCHA MUNDIAL DE MULHERES, 2012).

Há outros sinais da pluralização das políticas identitárias. As políticas públicas estão paulatinamente assumindo os recortes dentro das políticas universalistas, e agora também focalizadas. A II Conferência LGBT, realizada em 2011, aprovou a transversalização das políticas contra o racismo, o machismo, a lesbofobia, a transfobia, o capacitismo, nas políticas contra a homofobia. As Secretarias de Políticas para Mulheres e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial têm buscado dialogar com as demais interseccionalidades às suas agendas identitárias (MORENO, 2012).

Um dos efeitos dessa reorganização é retirar os próprios movimentos sociais, a intelectualidade engajada e a elite política da sua zona de conforto. Os homens negros, agora, têm de discutir gênero e assumir-se como identidade dominante, como defendeu Lorde (2012). As teóricas feministas, como correntes como o ecofeminismo ou o feminismo da diferença, têm procurado agora falar das interseccionalidades vivenciadas pelos gêneros (FRASER, 2009). Ainda nesse sentido, é pouco perceptível o efeito de instigar as masculinidades, as branquidades<sup>5</sup> e as heterossexualidades, para falar das identidades mais discutidas, a se rediscutirem de forma explícita ou subjetiva.

---

<sup>5</sup>O uso do termo branquidade vem ganhando relevância nos estudos das ciências sociais sobre os brancos e brancas no Brasil, referindo-se a um ideal socialmente construído detentor de privilégios associado aos corpos de pele branca. Para um estudo mais aprofundado, consultar o artigo de Camila Moreira de Jesus (2012).

As pluriidentidades demonstram que tensões e rupturas são formas de diálogo que podem levar a um avanço na estratégia política das lutas contra-hegemônicas. Para isso, é fundamental compreender os mecanismos de produção e reprodução de múltiplas hierarquias que incidem sobre os sujeitos e limitam a resistência, mas promovem novas possibilidades de articulação. Mas quais os limites de lidar com binômios como unidade/fragmentação, coalizão/ruptura? Quais seriam perspectivas de diálogo que possibilitam alianças na presença de assimetrias interrelacionais? Como movimentos sociais pluriidentitários, como LGBT, poderiam entender as adversidades provocadas pelas alianças contingentes? Até onde poderíamos pensar em uma representatividade que contemple a pluralidade do movimento social?

### Referências

- BENÍTEZ, Maria Elvira Díaz. “Além de preto, veado! Etiquetando experiências e sujeitos nos mundos homossexuais”. Boletim CLAM, [Rio de Janeiro, v.11, n.22, dez. 2004](#).
- BOLETIM DA REDE AFRO LGBT. Brasília, n. 3, nov. 2011.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 [1990]. 2ª edição.
- CLARKE, Cheryl. **O lesbianismo: um ato de resistência**. Disponível em <http://politica-sexual.blogspot.com.br/2010/02/o-lesbianismo-um-ato-de-resistencia.html>. Acesso em 07 jun. 2012.
- COLLING, Leandro. “O que a política trans do Equador tem a nos ensinar?”. In: **Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos**. Anais. Florianópolis, 2010.
- COSTA, Claudia de Lima; ÁVILA, Eliana. “Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença””. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(3): 320, set./dez. 2005.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2009 [1952].
- FRASER, Nancy. “O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história”. In: **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, jul/dez. 2009.
- FURLONG, Anthony. “Tolerância das performances de raça e classe na Zona Sul entre homens *queer* do Rio de Janeiro”. In: Silva, Joseli Maria; Ornat, Marcio Jose; Chimin, Alides Baptista Jrº (org.). **Espaço, gênero e masculinidades plurais**. Ponta Grossa. Paraná, Brasil. Editora Todapalavra, 2011.
- HAILER, Marcelo. "Marcha Pelo Estado Laico" reúne 300 pessoas em São Paulo; veja fotos. A Capa, São Paulo, 21 ago. 2011. Disponível em <http://acapa.virgula.uol.com.br/politica/marcha-pelo-estado-laico-reune-300-pessoas-em-sao-paulo-veja-fotos/2/5/14509>. Acesso em 7 jun. 2012.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. Tradução: Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. 10ª edição.

- JESUS, Camila Moreira de. Branquitude X Branquidade: Uma Análise Conceitual Do Ser Branco. *In: III Encontro Baiano De Estudos Em Cultura - EBECULT*. Anais. Cachoeira-BA: UFRB, 2012
- JÚNIOR, Joilson Santana Marques. “Notas sobre um itinerário bibliográfico: onde estão os homossexuais negros?”. *In: Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, p. 183 a 194, dez. 2011.
- LORDE, Audre. “As ferramentas do mestre nunca vão dismantlar a casa-grande” [The Master’s Tools Will Never Dismantle the Master’s House]. *In: Sister outsider: essays and speeches*. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984. p. 110-113. Tradução de Tatiana Nascimento.
- \_\_\_\_\_ . Sexism: An American Disease in Blackface. *In: Sister Outsider: Essays and Speeches*. Trumansburg, NY: The Crossing Press, 1984, p. 64.
- LUZ, Robenilton dos Santos. A interseção dos conjuntos: gays e lésbicas negras em confronto com as hegemonias e subhegemonias. *In: VENTURY, Gustavo e BOKANY, Vilma (Orgs.). Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. 1ª edição.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal”. *In: Junqueira, Rogério Diniz (Org.). Diversidade Sexual na Educação: problematização sobre homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009
- MARCHA MUNDIAL DE MULHERES. **A Marcha das Vadias e a Mercantilização do corpo e vida das mulheres**. Disponível em <http://www.sof.org.br/noticias/a-marcha-das-vadias-e-a-mercantiliza%C3%A7%C3%A3o-do-corpo-e-vida-das-mulheres>. Acesso em 7 jun. 2012.
- MESSEDER, Sueli Aldir. **Ser ou não ser: Uma questão para pegar a masculinidade**. EDUNEB, Bahia, 2009.
- MORENO, Rachel. **Quando a reforma perde a “forma”**. Disponível em [http://observatoriodamulher.org.br/site/index.php?option=com\\_content&task=view&id=4520](http://observatoriodamulher.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=4520). Acesso em 7 jun. 2012.
- PELÚCIO, Larissa. Gênero rígidos em corpos fluídos. *In: Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo travesti de aids*. São Paulo, Annablume, Fapesp, 2009.
- PINHO, Osmundo. A guerra dos mundos homossexuais: resistência e contra-hegemonias de raça e gênero. *In: Seminário Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde*. Anais. Rio de Janeiro, ABIA, 2003.
- RATTS, Alex. “Entre personas e grupos homossexuais negros e afro-lgbt”. *In: BARROS JÚNIOR, Francisco de Oliveira e LIMA, Solimar Oliveira (Orgs.). Homossexualidade sem fronteiras*. Rio de Janeiro: Booklinks/Tresina: Grupo Matizes, 2007.
- REDE AFRO LGBT. **Segundo documento de análise de conjuntura da Rede Afro LGBT**. Disponível em <http://redeafroglbt.blogspot.com.br/2011/07/segundo-documento-de-analise-de.html>. Acessado em 7 jun. 2012.
- VIULA, Sérgio. **Criado o Conselho LGBT da LIHS**. Disponível em <http://notas.ligahumanista.org/2012/04/criado-conselho-lgbt-da-lihs.html>. Acesso em 7 jun. 2012.